

COMUNICAÇÃO E SINDICALISMO: OS DILEMAS DA LINGUAGEM SINDICAL NA (DES) MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Miguel Rodrigues Netto¹

RESUMO:

A comunicação dirigida aos trabalhadores apresenta diversas características que a tornam bastante peculiar. E o conhecimento destas especificidades pode significar uma participação efetiva dos trabalhadores nas atividades desenvolvidas por seu sindicato como: passeatas, campanhas, assembléias ou greves. Ao longo deste trabalho estudaremos de que forma os sindicatos devem se comunicar com os trabalhadores para atingir seus objetivos; como o jornalista sindical deve atuar nestes sindicatos e se os veículos de comunicação dos sindicatos utilizam alguma das teorias de comunicação para produzir seus materiais informativos.

Palavras-Chave: Comunicação. Sindicalismo. Imprensa Sindical.

RÉSUMÉ:

La communication dirigé aux travailleurs a plusieurs caractéristiques qui le rendent unique. Et la connaissance de ces caractéristiques peut signifier la participation effective des travailleurs dans les activités menées par leur union comme des marches, des campagnes, des réunions ou des grèves. Tout au long de cet article, nous étudions comment les syndicats communiquent avec les employés à atteindre leurs objectifs, comme l'union de journaliste doit agir dans ces syndicats et les organes de presse des syndicats utilisent certaines des théories de la communication pour produire du matériel de nouvelles.

Mots-clés: Communication. Syndicalisme. Press Syndical.

I – BREVE HISTÓRICO DO SINDICALISMO BRASILEIRO

¹ Jornalista. Assessor de Comunicação da UNEMAT. Especialista em Comunicação Pública e Mestre em Política Social. E-mail: Miguel.rodrigues@seduc.mt.gov.br

A Revolução Industrial ocorrida na Europa do século XIX colocou o sistema capitalista em um novo patamar de organização. As bases para o processo de mundialização da economia que nos dias de hoje parece incomodar muitos Chefes de Estado estimulando-os a impor diversas barreiras à entrada de produtos e mesmo de pessoas de outros países em seus territórios, teve na revolução industrial iniciada na Inglaterra seu nascedouro.

Com o fortalecimento e modernização das indústrias e o crescimento do comércio mundial, a população fabril composta por operários cresce consideravelmente e a partir desta expansão e da necessidade de uma produção mais dinâmica que atendesse a crescente demanda do mercado, vai se construindo o clima para o surgimento de organizações de trabalhadores que pudessem organizar o contingente de operários para reivindicar mudanças no cotidiano das fábricas.

A jornada dos trabalhadores era desumana, além de permanecerem por 16 horas no interior das fábricas, não havia preocupação com segurança e muito menos com a higiene dos locais. Em muitos casos, as famílias eram todas formadas por trabalhadores, desde pai e mãe às crianças menores, sendo que todos permaneciam o mesmo tempo desempenhando atividades laborais.

No Brasil, a pequena classe trabalhadora urbana também buscava se organizar contra as condições de trabalho. E depois de ações mais isoladas, os trabalhadores conseguem organizar em 1906 o primeiro Congresso Operário Brasileiro que lança as bases para uma organização nacional e também se solidariza com os operários de outros países.

Este quadro de total exploração foi propício para o surgimento dos sindicatos, como explica ANTUNES:

Os operários encontrarão em suas organizações próprias condições para dispor de um meio de resistência eficaz contra essa pressão constante pela baixa de salários. É neste momento que surgem os sindicatos; estes nasceram dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital (ANTUNES, 1994, p.12):

Nesta primeira fase os operários protagonizaram diversas greves, sobretudo a partir de 1917, influenciados pelos socialistas que se fortaleceram com a vitória de Lênin na Revolução Russa.

O período pós Revolução Russa e 1ª Guerra Mundial caracterizou por uma onda de greves como relata ANTUNES:

Foi o caso da greve geral de 1917 em São Paulo, iniciada numa fábrica de tecidos, e que recebeu a solidariedade e adesão inicial de todo setor têxtil, seguindo-se as demais categorias. A paralisação foi total, atingindo inclusive o interior. Em poucos dias o número de grevistas cresceu de 2000 para 45000 pessoas (ANTUNES, (1994, p. 41).

Com a subida de Getúlio Vargas ao poder em 1930, inicia-se uma nova fase para o movimento sindical brasileiro, isto porque o presidente busca várias formas para controlar os sindicatos como a implantação dos “sindicatos oficiais”, que pelo decreto 19.770 de 1931 definia estas organizações como órgãos de cooperação do Estado, além de controlar o dinheiro em caso de greve e impedir atividades políticas e ideológicas no interior dos sindicatos.

As entidades que não se enquadraram nestas normas passaram a ser tratadas como clandestinas e seus dirigentes foram perseguidos. Mas mesmo com essas represálias, os primeiros anos do governo Vargas foram marcados por diversas mobilizações que levaram em 1935 à formação da Aliança Nacional Libertadora – ANL, dirigida pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB. Mas a reação de Vargas não demorou a chegar, como relata ANTUNES:

O governo, prevendo o avanço popular, iniciou sua ação repressiva. E em 4 de abril de 1935, cinco dias após o primeiro comício da ANL, decretou a Lei de Segurança Nacional, que proibia o direito de greve e dissolvia a Confederação Sindical Unitária, tida como clandestina por se constituir à margem dos sindicatos oficiais. [...] Naquele momento assistiu-se à grande derrota do movimento sindical e operário no Brasil e à perda de sua autonomia (ANTUNES, 1994, p.48).

Com o fim da ditadura do Estado Novo em 1945, a luta sindical retomou sua trajetória de ascensão. São sintomas dessa reorganização a criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT em 1945 e a fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil em 1946.

Durante o governo de João Goulart os sindicalistas deram um grande passo em nome da unidade somando suas forças em torno de uma única organização sindical: o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT.

Neste período centenas de greves movimentaram o país e na pauta de reivindicações estavam além das bandeiras de melhoria das condições de trabalho e salários, uma preocupação com questões gerais como reforma agrária, inflação e direito de voto a todos os cidadãos. O sindicalismo brasileiro começava a adquirir um caráter de enfrentamento hegemônico e não apenas de defesa da categoria.

Com o golpe militar de 1964 os sindicalistas enfrentaram todo tipo de repressão, sendo colocados na clandestinidade, mas durante este período os sindicatos orientaram sua política no “chão das fábricas”, contrapondo-se ao regime ditatorial mesmo após o Ato Institucional Nº 5. Os sindicalistas tinham a seu favor a grande capilaridade do movimento, que conseguia se instalar entre os trabalhadores e continuar a luta mesmo em condições de forte controle e repressão do Estado.

Antes mesmo do fim do golpe militar, principalmente a partir de 1979, com a anistia aos presos e exilados políticos, os operários voltam com força à cena organizando grandes greves. Essas greves tinham no ABC paulista seu principal ponto de apoio, sobretudo nos setores metalúrgico e automobilístico.

Em 1983, na cidade de São Bernardo do Campo é fundada a Central Única dos Trabalhadores – CUT, central que, segundo ANTUNES (1994, p. 70), rompe com a lógica das centrais então existentes, mas em 1991 surge outra organização nacional denominada Força Sindical – FS.

A Força Sindical – FS atua na lógica do “sindicalismo de resultados concretos”, criticando o modelo de sindicalismo executado pela CUT e defendendo um maior diálogo com os patrões, que inclusive tem a maioria de seus sindicatos filiados à FS. A política de resultados pragmáticos nega a luta ideológica e contra hegemônica e desassocia do trabalhador a visão de que a luta de classe é permanente, mesmo nos momentos onde em negociação salarial o sindicato consegue vitórias junto aos patrões.

II – COMUNICAÇÃO E SINDICALISMO

O jornalismo sindical faz parte de uma comunicação diferenciada; seu conteúdo se destina a um público definido, que tem interesses mais homogêneos e não está em busca de notícias generalistas, mas sim de matérias que estejam diretamente relacionadas com sua esfera de interesse. Assim como os segmentos esportivo, policial, econômico dentre outros pode ser considerado um caso de jornalismo especializado.

Gianotti (2004) afirma que:

Falar em jornalismo sindical é falar em jornalismo especializado. Jornalismo dirigido a um público bem definido. Jornalismo para uma classe, seu estilo de vida, seus valores. Uma classe com sua história, sua cultura, seu futuro e, conseqüentemente, sua linguagem particular (Gianotti, 2004, p. 10).

Existe, porém um desafio muito maior quando falamos de jornalismo sindical e o comparamos com um segmento; pois apesar de ser uma comunicação dirigida, ela deve ser diferenciada em relação ao foco e não estar estruturada de forma fragmentária, pois o trabalhador pode e deve ser informado de esportes, política, cultura, campanha salarial, etc. E estes assuntos não representam nenhum conflito na estrutura de um bom veículo de comunicação sindical.

Assim, situar o jornalismo sindical dentro do contexto de um jornalismo especializado é condição prévia para que o sindicato consiga manter uma comunicação que consiga mobilizar os trabalhadores de sua base levando-o à ação.

Ao contrário dos jornais, revistas e programas veiculados pela grande imprensa, onde a informação deve ser condição para que um fato se torne notícia, na imprensa sindical, outros objetivos estão colocados na ordem do dia.

A comunicação sindical não tem um único e exclusivo papel. Tem vários. Ela é esclarecedora, formadora e, ao mesmo tempo, aglutinadora [...] E quando as publicações do sindicato procuram ter uma preocupação com a realidade de sua categoria, informando ao trabalhador sobre notícias de relevância para ele e seus colegas, o boletim se transforma numa ferramenta de mobilização, pois aproxima o trabalhador das questões do sindicato e se difere da imprensa tradicional, que segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas atinge apenas 5,4% da

população – os que compram jornal (Santiago e Gianotti, 1997, p. 41).

Em Paulino (2001, p. 290), um trabalhador que é leitor do jornal Tribuna Metalúrgica opina:

“[...] os jornais comerciais estão interessados em ganhar nome e conhecimento, há muitos fatos que o jornal anuncia que não servem pra maioria. Brigas entre redes eletrônicas, por exemplo. A diferença é muito grande (...) jornal fala o que acontece em todo mundo, é crime, é morte, é falta, é tudo. E lá [Jornal do Sindicato] é pra nos melhorar, assuntos de trabalho, ambiente de trabalho, ou seja, mostra a gente trabalhando, certo. Os acontecimentos da firma, acontecimentos de condições de trabalho, pontos de vista do grupo de trabalho. É uma diferença muito grande, é uma diferença de ganhar nome para a diferença de interesses próprios do trabalhador.” (Paulino, 2001, p. 290).

Se por um lado, a imprensa sindical deve buscar aperfeiçoar cada vez mais suas ferramentas para que possa atingir e mobilizar os sindicatos de sua base, e por isso deve se diferenciar da comunicação da grande imprensa; por outro lado, necessita buscar uma politização de sua base, e para isto deve também utilizar seus mecanismos de comunicação.

Araújo (2003) defende que:

Ela [a imprensa sindical] pode representar, por exemplo, um papel importante na institucionalização de uma “contra-informação” nas disputas políticas e sociais que se travam no âmbito da sociedade, contrapondo-se ao espaço midiático dominante, contestando as versões e os pontos de vista oficiais, fazendo emergir uma informação sob perspectiva diferente daquela privilegiada pelas outras categorias de mídia (Araújo, 2003, p.34).

Desta forma a complexidade que envolve a comunicação sindical exige dos profissionais de comunicação e dirigentes sindicais a montagem de um grande quebra-cabeça, onde fatores como a linguagem, a técnica e as temáticas sejam peças que não têm função satisfatória se consideradas isoladamente.

Assim, não adianta produzir um jornal cujos temas são de interesse do trabalhador, mas a linguagem é inacessível e não desperta interesse. Por um outro lado um jornal enxuto e bem escrito também não consegue ser uma ferramenta útil ao trabalhador se não trouxer informações de relevância para sua categoria. Saber dosar o tempero e utilizar a ferramenta certa no lugar certo é o desafio da comunicação desenvolvida no jornalismo especializado.

E quando se trata de um público com forte identidade de classe e que mantém entre si várias características comuns como escolaridade, nível de renda e condições de moradia; as ferramentas são mais que instrumentos de aperfeiçoamento, elas são premissas sem as quais não haverá comunicação dirigida.

2.1 – A linguagem no jornalismo sindical

Pelo que já constatamos, podemos dizer que o jornalismo sindical é uma comunicação especializada, isto significa dizer que para atingir seu objetivo, essa comunicação precisa, dentre outras coisas, falar ao trabalhador com uma linguagem cuidadosamente trabalhada e de acordo com suas características.

Produzir um material de imprensa sindical implica conhecer o conjunto dos trabalhadores daquela categoria, levando em consideração fatores como escolaridade, condições de trabalho, local de moradia, dentre outros.

Um grave erro que ocorre nos sindicatos é a produção de material voltado aos dirigentes. Pelo seu protagonismo dentro da entidade, o dirigente sindical adquiriu uma formação política mais densa em relação ao conjunto dos sindicalizados. Um jornal que se volte à direção não conseguirá dialogar com o trabalhador, pois estará impregnado de termos do chamado “sindicalês” que nem sempre é de conhecimento da categoria como um todo.

Na opinião de Santiago e Giannotti (1997, p. 54):

De nada adianta escrever as mais maravilhosas teses sobre a revolução brasileira ou sobre a participação nos lucros e resultados, se o texto não é compreendido por quem deveria lê-lo (Santiago e Giannotti, 1997, p. 54).

Quando o sindicato oferece ao trabalhador um jornal com linguagem acessível, consegue trazê-lo à cena das questões de maior relevância para o sindicato e proporcionar a esse sindicalizado a oportunidade de participar da vida sindical sem o receio de dar uma “bola fora” em plena assembléia geral de classe.

A falta de comunicação não ocorre somente quando o sindicato não tem um boletim de informação, mas também quando este boletim não se propõe a criar um canal de participação da categoria com a direção do sindicato.

Em muitos casos, a linguagem pouco acessível das publicações sindicais se deve ao fato do encastelamento e da burocratização da direção sindical. Muitos sindicatos possuem diretorias imensas e esse distanciamento da realidade da base também é sentido na linguagem, que se revela nos discursos das lideranças e se mostra carregada de termos do “politiquês”, “economês”, “intelectualês”, dentre vários outros vícios de linguagem.

Santiago e Giannotti (1997) alegam que:

Oferecer a um trabalhador um texto rebuscado, cheio de expressões e palavras para ele incompreensíveis, é ofendê-lo. É xingá-lo. É repetir para ele que ele não sabe ler. É reforçar a relação de sujeito frente às “autoridades”, sejam elas o político caça-voto, o “seu doutor”, a polícia, o sindicato ou o jornalista sindical (Santiago e Giannotti, 1997, p.54).

A prática de escrever frases curtas e sempre em ordem direta, buscando a objetividade dos fatos é uma exigência do jornalismo, mas essa prática nem sempre é bem aceita pelos sindicatos que em alguns casos chegam a classificar esse tipo de construção como superficial, como se profundidade tivesse alguma ligação com pedantismo e prolixidade.

Na publicação do sindicato as regras do bom português não podem ser deixadas de lado. Isto significa dizer que mesmo nos textos mais longos que necessitam ser publicados, o uso da linguagem simples, objetiva e aliada aos diversos recursos gráficos disponíveis podem transformar um simples jornal num grande instrumento de mobilização.

Vejamos a seguir um trecho extraído do editorial do Jornal da ADUFMAT (Sindicato dos docentes da Universidade Federal de Mato Grosso), edição de junho de 2005:

Numa assembléia bastante calorosa, com as cadeiras todas tomadas por alunos calouros exibindo frases pejorativas acerca da greve, chegou-se à conclusão, após diversas falas de ambos os lados, de que a greve, embora não resolva definitivamente o problema da universidade, é o principal instrumento de mobilização da categoria, e que as sucessivas greves dos docentes, às vezes veementemente criticadas pela sociedade, foram condições indispensáveis para que a situação da universidade e dos docentes não estivesse hoje muito pior do que se encontra (ADUFMAT, 2005).

O texto exibido é um período de 83 palavras, separadas apenas por vírgulas dentro de um dos parágrafos do editorial. Se somarmos os três períodos que compõe, este parágrafo chegamos ao total de 184 palavras.

A utilização do fragmento anterior é um anti-exemplo de linguagem para os sindicalizados. Períodos muito longos e intercalados como os utilizados no exemplo dificultam a compreensão da mensagem.

Quando tratar de temas complexos como conceitos econômicos, o jornal do sindicato deve ter o trabalho de “traduzir” a linguagem para a dos não-especialistas na área, de modo que a informação não fique restrita à compreensão daqueles que já dominam o tema.

Esta linguagem rebuscada pode facilmente ser percebida no trecho a seguir, publicado pelo Jornal da ADUFMAT, edição de junho de 2005.

“As ‘carta - compromisso’ do governo Lula com o Fundo [Monetário Internacional] mostram a disposição do presidente de aumentar o Superávit Primário, ou seja, realizar o ajuste fiscal; executar as reformas da Previdência e Tributária; constituir a ALCA, privatizar empresas públicas, estabelecer as parcerias Pública-Privada, implantar a Lei de Falências, decretar a independência do Banco Central e aumentar a desvinculação de receitas, entre outras medidas impostas.” (ADUFMAT,2005).

O texto é a transcrição da fala do professor da Universidade de Brasília – UnB. Esta transcrição foi colocada em destaque na página num recurso gráfico chamado no jornalismo de olho, com o objetivo de chamar a atenção para a leitura completa da matéria, mas é difícil acreditar que tenha conseguido cumprir seu objetivo; pois ao ler um destaque de tamanha complexidade, o leitor dificilmente se sentirá encorajado a ler a matéria toda.

Logicamente cada categoria tem suas características próprias: o Jornal da ADUFMAT é destinado aos professores da UFMT que tem um alto nível de escolaridade. Mas isto não implica dizer que estes professores adoram ler textos que mais se parecem a tratados, atas de reunião ou bulas de remédio.

A linguagem adequada, utilizada no material adequado, proporciona ao sindicato condições favoráveis para atuar junta à sua base. Isso sem contar que o rebuscamento da linguagem pode estar acobertando uma vontade implícita de que a base não participe da discussão, o que permite manter o controle do sindicato nas mãos de pequenos grupos e alheio aos reais interesses da maioria da classe.

Com isso, queremos reforçar a idéia de que uma cartilha, uma revista, um jornal e um panfleto são ferramentas que só produzirão algum efeito se forem utilizadas com a linguagem jornalística adequada.

Não adianta distribuir na Assembléia Geral do sindicato aquela cartilha sobre “Os oito anos de neoliberalismo da era FHC e suas conseqüências para o desmonte e precarização do trabalho,” recheada de artigos de cientistas políticos.

Todavia, causaria espanto se o presidente do sindicato resolvesse distribuir, na reunião de diretoria, um panfleto formato meio ofício contendo os 10 mandamentos do líder sindical.

Muitos sindicatos vivem o drama de verem o número de sindicalizados diminuir mês a mês, pois se o trabalhador não consegue entender claramente qual é a política defendida por sua entidade, torna-se presa fácil nas mãos da grande imprensa, que não retrata as lutas sindicais e populares de forma neutra, como aparenta superficialmente.

III – À GUIZA DE CONCLUSÃO

No Brasil, proclama-se uma liberdade de imprensa que não existe para a maioria dos jornalistas que atuam nos mais diversificados meios de comunicação. A legislação, que protege mais os veículos do que o profissional da comunicação contribui para que se tenha no país uma “liberdade de empresa” e não de imprensa como deveria ser.

As grandes organizações jornalísticas utilizam-se da escassez de legislação para o setor, da fragilidade dos conselhos regulatórios e de uma política de concessões que privilegia o “toma lá da cá”. Com isso, podem difundir idéias, esconder ou alardear escândalos e defender interesses escusos, tendo como escudo o mito da neutralidade.

O jornalista que não deseja ser marionete em seu local de trabalho precisa conhecer os objetivos da empresa para qual trabalha, disputar com os repórteres, editores e redatores qual o melhor enfoque para as notícias que vão ser veiculadas, porque o jornalista não pode se esquecer da sua condição de operário, que vende a força de trabalho para o dono do jornal, revista, rádio, televisão ou página da internet.

Já a imprensa sindical não se esconde atrás do rótulo da neutralidade. Trata-se de um jornalismo que tem lado, mas isso não o exime da responsabilidade com a veracidade do que se veicula. Ter lado é saber qual seu público alvo, é redigir pensando em quem vai ter acesso às informações.

Ser jornalista sindical não é disputar com o dirigente sindical a primazia de se comunicar com os trabalhadores, mas é sim, convencer o sindicalista de que o sindicalês o afasta de sua base, deixando o campo aberto para a imprensa comercial inculcar suas ideias na programação cotidiana.